

## REQUERIMENTO PARA CARTEIRA DE ENCARREGADO DE FOGO (BLASTER)

Excelentíssimo Senhor Gerente,

O requerente abaixo qualificado, com fulcro na Resolução nº 17/GAB/DGPC/PCSC/2022, que regulamenta a autorização para o exercício da atividade profissional encarregado de fogo por pessoa física no Estado de Santa Catarina, bem como no Decreto Estadual n.º 3.008/1992 e no Decreto Federal n.º 10.030/2019, requer à **Polícia Civil do Estado de Santa Catarina**, responsável pelo **controle da propriedade e uso de armas, munições, explosivos e outros produtos controlados**, conforme o artigo 106, inciso IV, da Constituição Estadual, a expedição de autorização para o exercício da atividade profissional de blaster, conforme dados declarados abaixo:

### QUALIFICAÇÃO DO INTERESSADO

Nome completo			
Filiação			
Data de nascimento		CPF	
Logradouro			
Bairro		Nº	
Cidade		CEP	
Registro no exército?		Se SIM, nº de registro	
Contato		e-mail	

### EMPRESA QUE MINISTROU CURSO DE BLASTER

Nome da empresa			
CNPJ			
Categoria	Blaster Pirotécnico <input type="checkbox"/>	Encarregado (cabo) de fogo <input type="checkbox"/>	

### QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA EMPREGADORA

Nome da empresa			
CNPJ			
Responsável legal			
Logradouro			
Bairro		Nº	
Cidade		CEP	
Registro no exército:		Se SIM, nº de registro	
Contato		e-mail	

### RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O REQUERIMENTO

- I – cópia do documento público de identificação de pessoa física com nº do CPF;
  - II – cópia de certificado de conclusão de curso técnico de blaster, realizado por empresa com capacitação técnica e comprovadamente credenciada junto ao exército brasileiro;
  - III – declaração, com firma reconhecida em cartório público, assinada por duas pessoas comprovadamente habilitadas como blasters de que o requerente está capacitado ao uso, manuseio e execução do plano de fogo nas operações de detonação de explosivos, assumindo responsabilidade administrativa, civil e penal quanto à veracidade afirmada;
  - IV – atestado de boa conduta fornecido por Delegado de Polícia Civil que exerça suas funções no domicílio do requerente;
  - V – prova da inexistência de antecedentes criminais, mediante certidão negativa da Justiça Estadual e Federal;
  - VII – comprovante de residência recente em nome do requerente;
  - VIII - foto colorida atual;
  - IX - atestado médico comprovando saúde mental; e
  - X – comprovante de pagamento de taxas, conforme disciplinado em lei estadual (**COD 2.1.3.1**)
- Outros:**

Nestes termos, pede deferimento.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_